

## 30ª Ovibeja

---

### Colóquio “A Política Agrícola Comum 2013-2020 – Ponto de Situação e Perspetivas”

**Eduardo Diniz**  
**Diretor do GPP**

**ACOS – Associação de Agricultores do Sul**  
**Auditório NERBE**  
**Beja**  
**26 de Abril de 2013**



1

**Ponto situação negociação QFP e PAC**  
*Resultados para Portugal*

2

**Acordo de parceria – Enquadramento e ponto situação trabalhos**

3

**Programação Desenvolvimento Rural**

4

**Perspetivas / Desafios**



1

## Ponto situação negociação QFP e PAC

*Resultados para Portugal*

## Resultados obtidos na negociação QFP para a PAC

- PAC salvaguardada no acordo político, num contexto forte restrição orçamental (-95 mil milhões € face proposta COM)
- Redução **envelope PT** em termos reais (cerca -8%) face período 2007-2013 inferior à média UE, que atingiu -14,4%; Estabilização em termos nominais
- Convergência dos **Pagamentos Diretos** entre EM, permitindo ganho em termos nominais de cerca 6% em ano cruzeiro e aumentando o nível da média dos pagamentos unitários em Portugal
- No **Desenvolvimento Rural**, condições mais favoráveis para Portugal na aplicação FEADER:
  - Atribuição envelope específico 500 milhões € isento cofinanciamento nacional, relevante para o esforço de consolidação orçamental
  - Majoração 10 pontos percentuais nas taxas cofinanciamento máximas **Aplicação regra n+3** nos pedidos pagamento
  - Elegibilidade do IVA não reembolsável, alargando esta possibilidade aos financiamentos em infraestruturas

## Resultados obtidos na negociação da PAC

### Acordo político no Conselho Ministros Agricultura 18/19 Março 2013

#### Pagamentos Diretos

- Assegurado **maior equilíbrio na convergência interna dos apoios** aos agricultores, sem as fortes perturbações inicialmente estimadas para certos setores produtivos
- Introdução **pagamento *greening*** com adaptação à realidade agrícola nacional
- Aumento dos montantes de **pagamentos ligados** à produção

#### Mecanismos de Mercado

- Manutenção **regime direitos plantação Vinha**
- Comissão Europeia assumiu compromisso para analisar **opções regulação mercado após fim quota leiteira**
- Reforço papel **Organizações Produtores**

#### Desenvolvimento Rural

- Possibilidade **apoio criação novas infraestruturas regadio**
- Aumento taxa apoio investimentos para melhoria desempenho económico florestas
- Incentivos claros **aumento escala e fusões Organizações Produtores (inc.coop)**, com majoração 20% no apoio
- Criação **sistema gestão risco**, com aumento taxa apoio para 75% nos seguros colheita

# Regime de pagamentos diretos (PD)

## Degressividade e limites máximos

(sobre o conjunto dos pagamentos acima de 150.000 €, com exclusão do pagamento *greening*) – opcional [QFP]

### Apoios ligados - opção

- Ampla gama de sectores
- Até 12% dos PD a decidir pelos EM, ou + com autorização COM.

### Apoio aos Agricultores nas ZD Naturais – opção

- até 5% dos PD

### Regime para os jovens agricultores - opção

- Apoio até 5 anos após início atividade
- <= 40 anos
- EM define ha (>= 13 ha PT)
- Até 2% dos PD

### Pagamento *Greening*

- Diversificação das culturas (10-30ha: 2 culturas; >30ha: 3 culturas); Pastagens permanentes
- Área de interesse ecológico (cult. perm até 250 árv. e parcelas declive >10%, sup.agroflorestais); 5% até 2017 e 7% a partir 2018; possib. aplicação regional ou coletiva

### Pagamento *Redistributivo* - opção

- Valor (decisão EM: até [65] % do valor médio do PD 2019/ha 2014)
- Máx. n.º de ha = média EM (13 hectares PT) (opção degressividade)
- Até 30% dos PD

### Regime de Pagamento Base [ de 13% a 70% dos PD ]

- **Pagamento uniforme nacional ou regional por hectare até 2019** (flat-rate 10% em 2014); ou
- **Modelo alternativo de mitigação da convergência interna** (aproximação a 1/3 de 90% média)
- **Limitação do n.º de direitos em 2014** (135% direitos 2009)
- **Coef. de redução prados permanentes**
- Possibilidade *greening* em função nível PB
- Possibilidade exclusão área vinha para atribuição direitos
- **Acesso ao novo regime:**
  - Pagamento direto em 2010 ou 2011, ou agricultores que apresentem hectares elegíveis em 2014.
  - Produtores frutas, hortícolas ou vinha.

### OU Regime pequena agricultura - opção

- Até 10% dos PD
- Adesão em 2014
- Pagamento forfetário, ou nível de pagamento semelhante ao obtido em 2014 nos outros regimes com limite de 1000 €).
- Isenção da condicionalidade e *greening*
- Simplificação dos pedidos de ajuda e de controlos

## Pagamentos Diretos - Principais aspetos do compromisso CMA

**Impacto nas ajudas diretas** – convergência interna (opções do EM para mitigar impacto)

- Modelo de aproximação em alternativa a um pagamento uniforme em 2019: permite reduzir em pelo menos 1/3 da diferença entre o valor do direito do agricultor e 90% da média do valor unitário.
- Atribuição de Pagamento *greening* em função do nível de pagamento base.
- Limitação da evolução do n.º de direitos a 135% do n.º de hectares elegíveis declarados com direitos de RPU em 2009.
- Pagamento redistributivo (majoração dos primeiros hectares em todas as explorações)



## Pagamentos Diretos - Principais aspetos do compromisso CMA

### Ajudas Ligadas

- **Aumento das percentagens de pagamentos ligados** – PT pode implementar Ajudas ligadas até 12% do envelope de PD, não sujeito a aprovação da COM;
- *Emenda do PE permite aumentar o valor acima referido para 15% (em discussão no âmbito das reuniões do trílogo que se iniciaram no mês de abril);*
- **Derrogação** permite que PT, caso pretenda, possa implementar Ajudas ligadas em valor superior a 12% do envelope de PD, sujeito a aprovação por parte da COM.





## Pagamentos Diretos 2014-2020 – Impactos

---

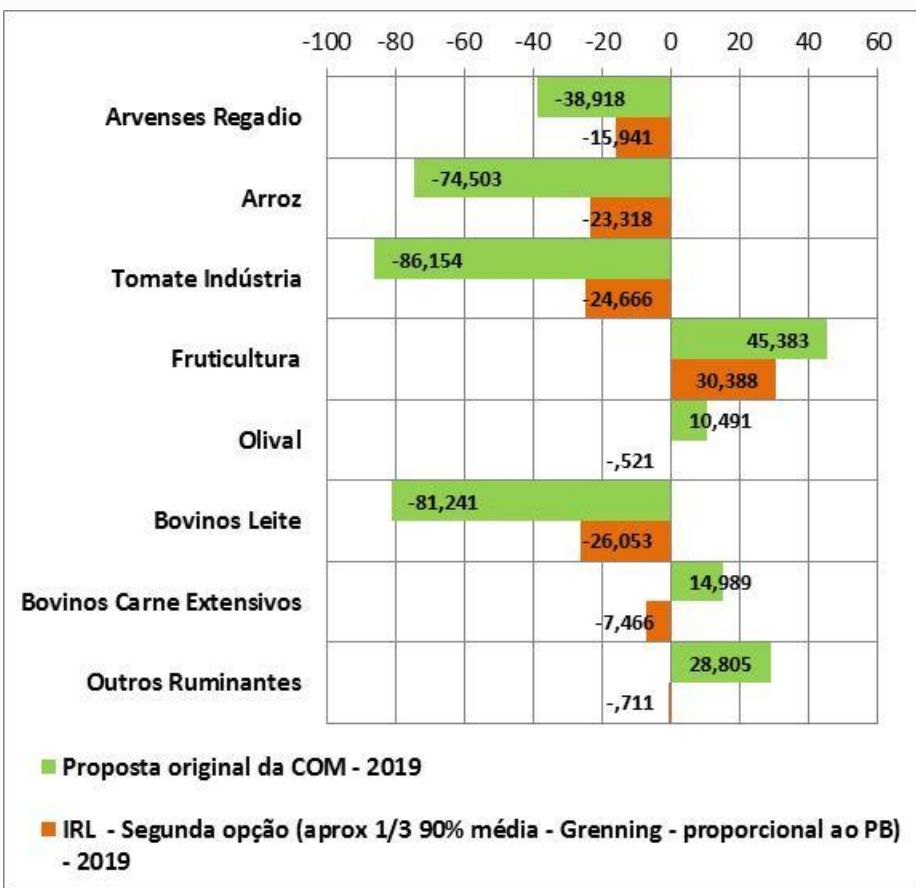




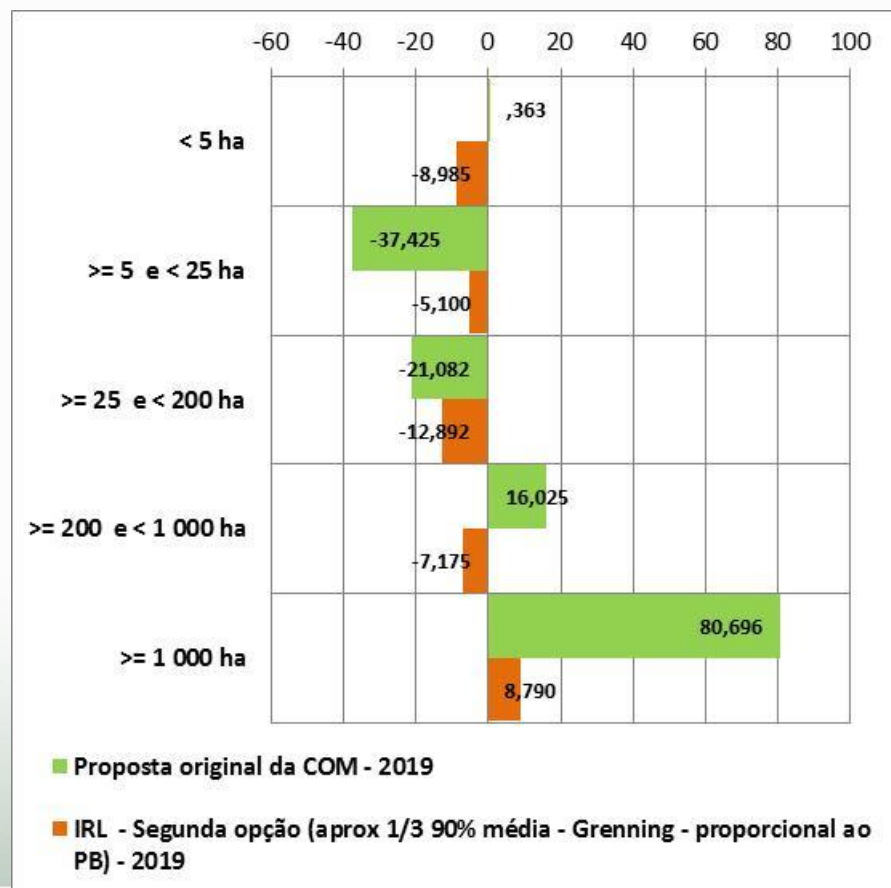
## Impactos da reforma PAC no Continente

Impactos no Continente das propostas regulamentares das ajudas diretas

Por setor



Por dimensão da exploração

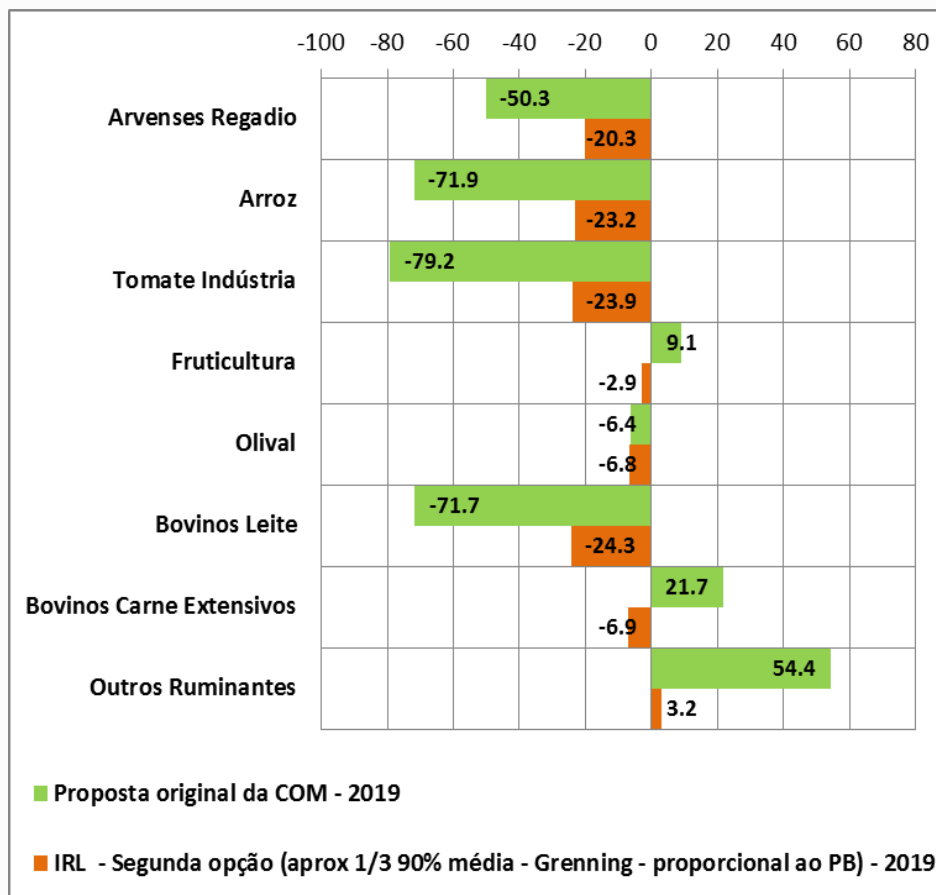




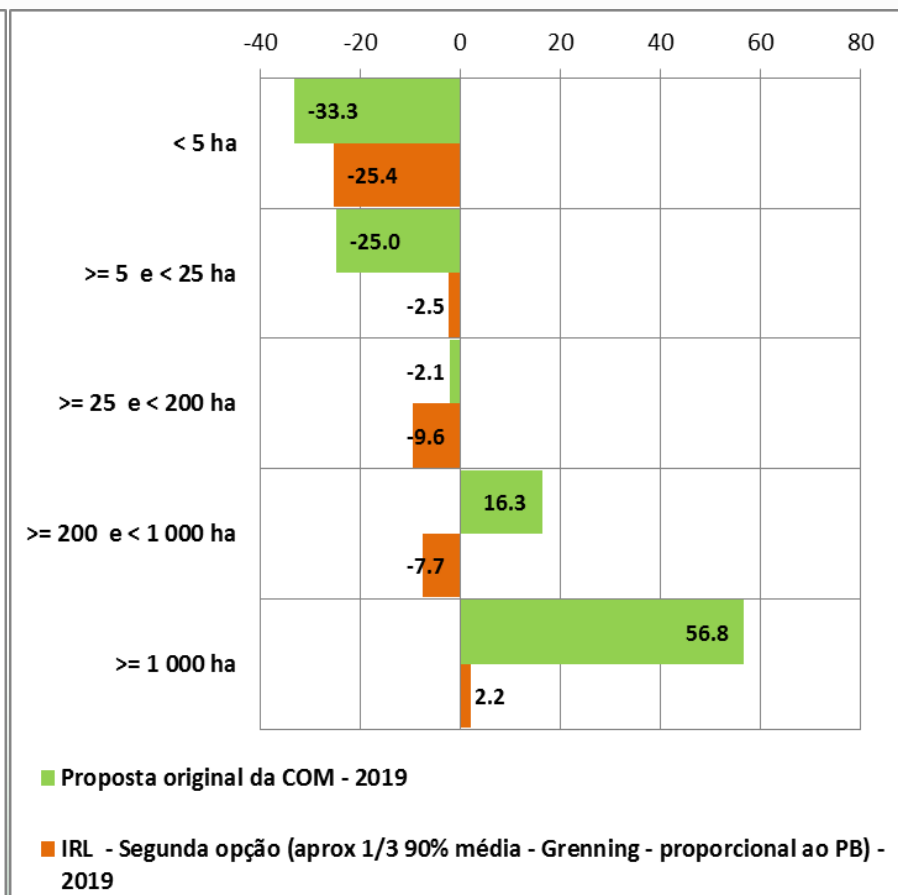
## Impactos da reforma PAC no Alentejo

### Impactos no Alentejo das propostas regulamentares das ajudas diretas

Por setor



Por dimensão da exploração



## Variações das Ajudas Diretas no setor Bovinos Extensivos

Impactos cenários com base do Conselho com e sem introdução  
limiar convergência mínimo individual

	Perdas	Neutros	Ganhos	Saldo Global
Com limiar 70%	-18.245,366	-1,610	26.520,198	8.273,222
Sem limiar mínimo	-15.842,906	-59,673	5.807,013	-10.094,566



2

**Acordo de parceria – Enquadramento e ponto situação trabalhos**



# Estratégia UE 2020

## Quadro Estratégico Comum (QEC)

abrange o FEADER, FEDER, FSE, Fundo Coesão e FEAMP, refletindo UE2020 através objetivos temáticos comuns a ser alcançados através áreas/prioridades investimento para cada um dos Fundos

Quadro Financeiro Plurianual (QFP)



*Pilares da abordagem Governança na interação com UE*

Abordagem temática

Recomendações específicas para PT

## Acordo de Parceria

documento nacional evidenciando a utilização prevista dos fundos para atingir os objetivos UE 2020

Política Desenvolvimento Rural: FEADER

Fundos Estruturais: FEDER, FSE e FC

Política Marítima e das Pescas: FEAMP

*Inovação, Ambiente e Alterações Climáticas – temas transversais*

Prioridades

Horizonte 2020

Programa Quadro para a I&Inovação

Parcerias Europeias Inovação

Programas nacionais

## Prioridades de intervenção dos Fundos

### Prioridades temáticas

- **Promoção da competitividade da economia**
- **Formação de capital humano**
- **Promoção da coesão social**
- **Desenvolvimento sustentável**

### Prioridades transversais

- **Coesão e competitividade territoriais**
- **Reforma do Estado**



## Acordo de Parceria 2014-2020

Elaborado em cooperação  
com os parceiros

**Abrange todo apoio  
concedido pelos Fundos QEC**

Apresentação à COM no prazo 4  
meses depois entrada vigor Reg.  
disposições comuns Fundos QEC

**Medidas articulação  
com a estratégia da  
União para  
crescimento  
inteligente, sustentável  
e inclusivo**

**Disposições para  
garantir execução eficaz**

- Análise disparidades, necessidades desenvolvimento e potencial crescimento, tendo em conta objetivos temáticos, desafios territoriais e programa nacional reformas e recomendações específicas
- Definição objetivos temáticos, com identificação principais resultados esperados para cada Fundo QEC
- Repartição apoio União por objetivo temático para cada Fundo QEC
- Lista programas FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP e contribuição indicativa por Fundo e ano (excepto os do objectivo Cooperação Territorial Europeia)

- Resumo avaliação cumprimento condicionalidade *ex ante*
- Metodologia e mecanismo para assegurar funcionamento coerente quadro desempenho todos programas e Fundos QEC



## Preparação Acordo Parceria

### Definição pressupostos Acordo Parceria

Documentos de base  
em elaboração:

- Documentos natureza transversal
- Diagnósticos prospetivos natureza temática
  - Competitividade e internacionalização
  - Capital humano
  - Inclusão social e emprego
  - Sustentabilidade e eficiência recursos
  - Reforma estado
- Diagnósticos prospetivos regionais
  - Regiões Autónomas
  - Coesão e competitividade regiões NUTs II Continente

### Diálogo/Negociação com a Comissão Europeia

Março/Maio

- Matérias natureza transversal
- Prioridades temáticas
- Dimensão territorial e intervenções regionais

Julho

- Debate sobre projeto Acordo Parceria

## Diagnóstico Regiões NUTS II Continente

### Alguns Indicadores chave

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	PT
<b>Crescimento Inteligente</b>						
% população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos (2011)	29,9%	32,9%	42,3%	<b>27,2%</b>	29,3%	<b>33,7%</b>
Investimento em I&D em % do PIB (2010)	1,5%	1,3%	2,3%	<b>0,5%</b>	0,5%	<b>1,6%</b>
% de investimento elegível em I&DT no total do invest. (2012)	12,1%	10,1%	53,6%	<b>3,9%</b>	8,9%	<b>12,4%</b>
Variação do nº unidades empresariais (%) 2004-2009	15,5%	9,9%	10,1%	<b>8,1%</b>	16,3%	<b>12,2%</b>
Taxa criação/destruição líquida de emprego 2004-2009	6,0%	4,4%	6,5%	<b>8,2%</b>	12,0%	<b>6,3%</b>
<b>Crescimento Sustentável</b>						
Peso das formas de produção renováveis na produção bruta de eletricidade e repartição regional da produção de energia renovável (2011)	17,7%	25,5%	9,8%	<b>5,7%</b>	98,7%	<b>18,3%</b>
Repartição regional da produção de energia renovável (2011)	35,0%	48,7%	2,7%	<b>6,2%</b>	4,0%	<b>100,0%</b>
<b>Crescimento Inclusivo</b>						
Taxa desemprego Total (2012)	16,1%	12,0%	17,6%	<b>15,9%</b>	17,9%	<b>15,7%</b>
Taxa desemprego 15-24 anos (2012)	32,8%	36,4%	43,8%	<b>44,5%</b>	40,3%	<b>37,7%</b>
Desemprego longa duração (2012)	9,1%	6,0%	9,7%	<b>7,6%</b>	8,3%	<b>8,5%</b>
População ativa com ensino superior completo (2012)	13,0%	12,9%	10,9%	<b>11,0%</b>	11,3%	<b>11,9%</b>
% população jovem (2011)	15,1%	13,7%	15,5%	<b>13,6%</b>	14,8%	<b>14,9%</b>
% população idosa (2011)	17,1%	22,4%	18,2%	<b>24,2%</b>	19,5%	<b>19,0%</b>
Insucesso escolar 2010/11	6,1%	6,5%	8,9%	<b>8,5%</b>	8,9%	<b>7,5%</b>



3

## Programação Desenvolvimento Rural



## ESTRATÉGIA 2014-2020

### VISÃO ESTRATÉGICA

*A autossuficiência do sector agroalimentar, em valor, em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional.*

**Desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional**

**Aumentar a concentração da produção e da oferta**

**Criação e distribuição de valor equitativa ao longo da cadeia de valor do sector agroalimentar**

**SIMPLIFICAÇÃO** *Procurar reduzir medidas e simplificar processos*

**COMPETITIVIDADE**  
*Privilegiar as opções produtivas da iniciativa privada com vista a criação de valor acrescentado*

**ORG. ESTRUTURAL**  
*Promover aumento da dimensão e abrangência das Organizações de produtores e estruturas de concertação ao longo da cadeia alimentar*

**SUSTENTABILIDADE**  
*Promover boas práticas e utilização sustentável dos recursos  
Naturais e valorização do Território Rural*

## ARTICULAÇÃO COM O 1º PILAR E COM OUTROS FUNDOS DO QEC

**II PILAR**



**I PILAR**

**Complementaridade** entre 1º e 2º Pilar para promoção  
da sustentabilidade dos territórios Rurais

### OUTROS FUNDOS QEC

**FSE**

- Formação no sector agrícola e florestal
- Abordagem LEADER

**FEDER**

- **Delimitação agroindústria**
- Promoção de empresas e de produtos
- Prevenção de incêndios florestais
- Apoio a infraestruturas
- Abordagem LEADER

**FC**

- Prevenção de incêndios florestais
- Apoio a infraestruturas
- Abordagem LEADER

**HORIZONTE 2020**



PROGRAMA QUADRO DE  
I&INOVAÇÃO

PARCERIAS EUROPEIAS  
INOVAÇÃO (PEI)



## OPÇÕES DE PROGRAMAÇÃO

### Princípios Gerais

- Prioridade à **competitividade** com atuação em todo o **território nacional**
- Apoios ao sector da produção de bens transacionáveis dirigidos a agentes diretamente envolvidos na **criação de valor**.
- Investimentos produtivos com foco na exploração/empresa.
- Abordagens que promovam a **organização da produção** e a universalidade da **gestão de risco**.
- **Renovação das gerações**.
- **Gestão eficiente dos recursos**.
- Promoção do papel da agricultura e florestas na produção de **bens públicos** .
- **Articulação** com o I Pilar e com outros fundos do QEC.



## PRINCÍPIOS DE PROGRAMAÇÃO – O CASO DO INVESTIMENTO

- Avaliação dos projetos assente primordialmente no valor acrescentado gerado pela intervenção estando previstos fatores de ajustamento ao nível:
  - Redução da volatilidade e dos custos dos fatores (ex: alimentação animal/melhoria da fertilidade do solo e energia);
  - Valorização diferenciada das componentes ambientais;
  - Territorial (avisos de abertura específicos).
  
- Numa lógica de simplificação, abordagens **forfetárias**, sempre que possível.
  
- Modelo de gestão: abertura de candidaturas em contínuo com momentos (e montantes) de decisão com periodicidade regular.





4

Perspetivas / Desafios





## Próximas etapas

- Com o acordo político de Março, a Presidência Conselho ficou mandatada para negociar com o Parlamento Europeu a série de **trílogos iniciada já em Abril 2013**
- Portugal desenvolve iniciativas junto do Conselho e do Parlamento Europeu para garantir a consolidação dos resultados obtidos e alcançar progressos
- **Possibilidade adoção acordo final sobre a PAC em Junho 2013** - acordo político interinstitucional
- **Quadro legal** no 2º semestre 2013
- **Implementação da nova PAC** em 2014 – Regras transição em discussão
  - Transição nas Ajudas Diretas
- **Acordo de Parceria** em desenvolvimento
- Preparação da **Programação desenvolvimento rural nacional** em articulação entre organismos e com a Organização da Produção